

# OS EMPRESÁRIOS, DE FORA.

É a principal reclamação dos empresários paulistas: continuam sem ser ouvidos na hora das decisões econômicas. Por isso, avisam: se elas não derem certo, a culpa é do governo.

O governo continua decidindo tudo sozinho, sem perguntar nada a ninguém. Por isso, deve assumir sozinho a responsabilidade pelos erros da política econômica. Essa opinião foi manifestada ontem por alguns empresários que participaram da reunião da diretoria-executiva da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo.

Eles não acreditam que o governo oficialize a moratória da dívida externa e aguardam com grande expectativa o prometido pacote econômico: eles esperam um amplo reordenamento da economia, com um grande corte dos subsídios e do déficit público, e redução dos custos em geral. A contenção das despesas do governo "será bem-vinda. Está na hora de o setor público também dar a sua contribuição, o setor privado já fez o que podia".

O presidente da Abinee (Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica), Firmino Rocha de Freitas, comentou que, "nesta hora, ninguém conversa, pois não se sabe se o doente vai sair com

alta ou condenado"; os empresários estão-se sentindo como "uma família na sala de espera de operações". Lamentou "que nós não temos sido consultados, por isso não posso opinar, assim como não podemos ser responsáveis por nada".

Para ele, a questão de desindexação da economia está no mesmo pé, quer dizer, "não sei como vai ser feita". Seja como for, a desindexação não pode vir isoladamente, "mas dentro de um reordenamento da economia como um todo", concordam Carlos Eduardo Uchoa Fagundes e Barnabé Teixeira Soares, ambos da diretoria da Fiesp. E não só os dois pensam assim. O vice-presidente da entidade, Mário Amato, acha que o pacote deverá acabar "com quase todos os subsídios; eles não podem ser suprimidos isoladamente, mas dentro do conjunto da economia, para não afetar apenas este ou aquele". Da mesma maneira, ele não acredita que a desindexação deva afetar apenas os salários, mesmo porque "isso já fica mais ou menos claro

com a nova lei salarial, onde o INPC já está garantido e será aplicado para quem ganha até sete salários mínimos".

Segundo Amato, a desindexação terá um ponto altamente positivo: dar um "basta ao capital vagabundo, caso contrário seremos dominados por uma economia fantástica. É hora de pôr fim à ciranda financeira que assola o País. Esse capital vagabundo é a mera especulação que não produz nada".

Carlos Eduardo Uchoa Fagundes, que comanda o Decad (Departamento de Estatística e Dados da Fiesp), salientou que partir para a desindexação é o mesmo que "partir para uma realidade, considerar o Brasil como parte do mundo, adaptando-se à atual internacionalização da economia". Ele não apóia a compressão salarial, isoladamente: "Se a óptica for só os salários, aí vai piorar uma situação que já está ruim". É preciso mexer nos juros, na correção monetária, nos impostos, nos custos das matérias-primas e insumos em geral.